

# LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

## Comentada

MÁRCIO COTS  
RICARDO OLIVEIRA

Prefácio  
Ronaldo Lemos

2ª edição  
Revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

## ■ SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O DESAFIO DA DOCTRINA JURÍDICA.....	7
INTRODUÇÃO .....	23
<b>LEI 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018</b>	
<b>PREÂMBULO .....</b>	<b>25</b>
1. O ordenamento jurídico até então existente e a LGPD.....	25
1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	25
1.2. Constituição Federal de 1988 .....	25
1.3. Lei 8.078/1990: Código de Defesa do Consumidor.....	26
1.4. Lei 10.406/2002: Código Civil .....	27
1.5. Lei 9.296/1996: Lei de Interceptação Telefônica e Telemática...	28
1.6. Lei 9.472/1997: Lei Geral de Telecomunicações.....	28
1.7. Lei 9.507/1997: Lei do <i>Habeas Data</i> .....	29
1.8. Lei 9.983/2000: Crime de inserção de dados falsos em sistemas de informações da administração pública .....	29
1.9. Lei Complementar 105/2001: Sigilo das operações de instituições financeiras .....	29
1.10. Portaria nº 5/2002 da SDE/MJ .....	30
1.11. Resolução 245/2007 do Denatran .....	30
1.12. Resolução CFM 1.821/2007 .....	30
1.13. Decreto 6.135/2007: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	31
1.14. Decreto 6.425/2008: Dispõe sobre o censo anual da educação .....	32
1.15. Decreto 6.523/2008: Regulamenta o serviço de SAC.....	32
1.16. Lei 12.414/2011: Disciplinou o cadastro positivo .....	32
1.17. Lei 12.527/2011: Lei de acesso à informação .....	33

1.18. Lei 12.737/2012: Crime de invasão de dispositivos informá- ticos (Lei Carolina Dieckmann).....	35
1.19. Decreto 7962/2013: Regulamenta o comércio eletrônico...	36
1.20. Lei 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) e Decreto 8.771/2016 (Regulamentador do Marco Civil da Internet)...	36
1.21. Decreto 8.777/2016: Política de Dados Abertos do Governo Federal. ....	38
1.22. Medida Provisória n. 869 .....	39

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

<b>Artigo 1º</b> .....	39
1. A pessoa natural e a pessoa jurídica .....	40
2. Abrangência da lei quanto aos seus destinatários.....	41
3. Diferenciação entre objetivos, fundamentos e princípios .....	44
4. Objetivo da LGPD e a vulnerabilidade do titular .....	46
<b>Artigo 2º</b> .....	47
1. Privacidade .....	47
2. Autodeterminação informativa .....	49
3. Liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião .....	50
4. Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.....	52
5. Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.....	53
6. Livre-iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor ...	55
<b>Artigo 3º</b> .....	59
1. Tratamento <i>on-line</i> e <i>off-line</i> .....	59
2. Abrangência territorial da lei .....	60
<b>Artigo 4º</b> .....	61
1. Exceções de inaplicabilidade da lei .....	62
2. Uso pessoal.....	62
3. Fins exclusivamente jornalísticos.....	62
4. Fins exclusivamente artísticos.....	64
5. Fins exclusivamente acadêmicos .....	66
6. Interesse público específico – Segurança e Defesa .....	67
7. Tratamento de dados do exterior .....	68
<b>Artigo 5º</b> .....	69
1. Definições legais.....	71

2.	Dados pessoais e o critério expansionista .....	71
3.	Definição de tratamento de dados pessoais .....	72
4.	Definição de autoridade nacional .....	72
<b>Artigo 6º</b> .....		73
1.	Da boa-fé .....	74
2.	Da importância do estabelecimento de Princípios legais .....	76
3.	Princípio da finalidade .....	77
4.	Princípio da adequação .....	77
5.	Princípio da necessidade .....	78
6.	Princípio da não discriminação .....	78
7.	Princípio da transparência .....	78
8.	Os demais princípios .....	78

## CAPÍTULO II

### DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

#### SEÇÃO I

#### Dos Requisitos para o Tratamento de Dados Pessoais

<b>Artigo 7º</b> .....	79	
1.	Requisitos ou bases legais para tratamento de dados pessoais .....	80
2.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória .....	80
2.1.	Execução de políticas públicas .....	81
2.2.	Realização de estudos por órgãos de pesquisa .....	81
2.3.	Execução de contratos .....	82
2.4.	Exercício regular de direitos .....	83
2.5.	Proteção da vida .....	84
2.6.	Tutela da saúde .....	85
2.7.	Proteção do crédito .....	86
<b>Artigo 8º</b> .....	87	
1.	Natureza jurídica do consentimento .....	88
2.	Da forma do consentimento e do ônus da prova .....	88
3.	Vícios de consentimento .....	90
4.	Consentimento e finalidade .....	92
5.	Revogação do consentimento .....	92
6.	Consentimento e o compartilhamento de dados entre controladores .....	93

7. Do tratamento de dados pessoais de acesso públicos sem a coleta do Consentimento .....	93
<b>Artigo 9º</b> .....	94
1. O direito ao acesso facilitado às informações sobre tratamento de dados .....	95
2. Preservação dos segredos comerciais e industriais .....	96
3. Identificação e informações do controlador .....	97
4. Informações sobre o uso compartilhado de dados .....	97
5. Informações sobre o tratamento e sua relação com o consentimento .....	98
6. Fornecimento de produtos ou serviços condicionados ao tratamento de dados pessoais .....	98
<b>Artigo 10.</b> .....	98
1. Legítimo interesse: definição .....	99
2. O legítimo interesse, a atividade empresarial e os limites legais ...	100

## SEÇÃO II

### Do Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis

<b>Artigo 11.</b> .....	102
1. Da proteção extraordinária aos dados sensíveis .....	104
2. Disciplina quanto aos dados pessoais sensíveis .....	104
3. Dados biométricos e genéticos .....	107
4. Limitações ao compartilhamento e comunicação de dados pessoais sensíveis .....	108
<b>Artigo 12.</b> .....	110
1. Anonimização e dados anonimizados .....	110
2. Perfil comportamental .....	111
<b>Artigo 13.</b> .....	112
1. Estudos sobre saúde pública .....	112

## SEÇÃO III

### Do Tratamento de Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes

<b>Artigo 14.</b> .....	113
1. Disciplina sobre dados pessoais de menores .....	114
2. Consentimento dos responsáveis .....	115

3.	Da hipótese de tratamento de dados de menores sem consentimento.....	116
----	--	-----

#### SEÇÃO IV

### Do Término do Tratamento de Dados

<b>Artigo 15.</b> .....	117
1. Término do tratamento de dados pessoais e providências necessárias.....	117
<b>Artigo 16.</b> .....	119
1. Eliminação de dados pessoais após o termino do tratamento .....	119

#### CAPÍTULO III

### DOS DIREITOS DO TITULAR

<b>Artigo 17.</b> .....	121
1. Irrenunciabilidade da titularidade sobre dados pessoais .....	121
<b>Artigo 18.</b> .....	121
1. Da necessidade de regulamento.....	123
2. Dos direitos previstos aos titulares dos dados pessoais.....	124
2.1. Confirmação, acesso, correção, anonimização, bloqueio ou eliminação .....	125
2.2. Portabilidade de dados .....	125
2.3. Informação sobre compartilhamento de dados .....	126
2.4. Informar a possibilidade de não concessão do consentimento.....	126
2.5. Direitos previstos em outras legislações.....	127
3. Do processamento dos pedidos do titular .....	128
4. Do peticionamento perante a autoridade e os órgãos de proteção ao consumidor .....	128
<b>Artigo 19.</b> .....	128
1. Da forma de prestação de informações de tratamento.....	129
<b>Artigo 20.</b> .....	129
1. Das decisões automatizadas.....	130
<b>Artigo 21.</b> .....	130
1. O exercício regular de direitos pelo titular.....	131
<b>Artigo 22.</b> .....	131
1. Tutela jurisdicional.....	131

**CAPÍTULO IV**  
**DO TRATAMENTO DE DADOS**  
**PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO**

**SEÇÃO I**  
**Das Regras**

<b>Artigo 23.</b> .....	134
1. Dos princípios que regem a Administração Pública .....	135
2. Especificidades quanto ao tratamento de dados pessoais pelo Poder Público .....	137
3. Da não revogação ou modificação de legislação específica .....	140
4. Assimetria de poder – Relação entre titular e Poder Público .....	140
5. Razões do veto presidencial .....	141
<b>Artigo 24.</b> .....	142
1. Especificidades relativas às empresas públicas e às sociedades de economia mista.....	142
<b>Artigo 25.</b> .....	143
1. Interoperabilidade e sua relação com padrões abertos .....	143
<b>Artigo 26.</b> .....	146
1. Compartilhamento de dados pelo Poder Público .....	147
<b>Artigo 27.</b> .....	150
1. Demais requisitos para compartilhamento de dados pelo Poder Público .....	150
<b>Artigo 28. (Vetado.)</b> .....	150
1. Razões do veto presidencial .....	150
<b>Artigo 29.</b> .....	151
<b>Artigo 30.</b> .....	151
1. Atuação da autoridade nacional no acompanhamento e fiscalização.....	151

**SEÇÃO II**  
**Da Responsabilidade**

<b>Artigo 31.</b> .....	152
1. Medidas para cessação de violações à lei .....	153
<b>Artigo 32.</b> .....	154
1. Da possível exigibilidade de relatório de impacto à proteção de dados pessoais .....	154

**CAPÍTULO V**  
**DA TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS**

<b>Artigo 33.</b> .....	155
1. Transferência internacional de dados.....	156
1.1 Mesmo grau de proteção.....	158
1.2 Garantias pelo controlador.....	159
1.3 Cooperação internacional.....	159
1.4 Proteção à vida.....	159
1.5 Autorização expressa da autoridade nacional.....	160
1.6 Execução de política pública ou atribuição legal.....	160
1.7 Mediante consentimento.....	160
1.8 Cumprimento de obrigação legal ou regulatória, execução de contrato e exercício regular de direitos.....	161
<b>Artigo 34.</b> .....	161
1. Especificidades sobre o nível de proteção.....	161
<b>Artigo 35.</b> .....	162
1. Cláusulas-padrão, normas corporativas globais, selos e outros temas. Responsabilidade da autoridade nacional.....	162
2. Organismos de certificação.....	163
<b>Artigo 36.</b> .....	163
1. Alterações nas garantias oferecidas para transferência internacional.....	163

**CAPÍTULO VI**  
**DOS AGENTES DE TRATAMENTO**  
**DE DADOS PESSOAIS**

**SEÇÃO I**

**Do Controlador e do Operador**

<b>Artigo 37.</b> .....	164
1. Controlador e operador: agentes de tratamento.....	164
2. Da manutenção do registro das operações de tratamento realizadas.....	165
<b>Artigo 38.</b> .....	166
1. Solicitação de Relatório de Impacto.....	167
<b>Artigo 39.</b> .....	168
1. Da importância do instrumento de contrato na relação entre os agentes de tratamento.....	168

<b>Artigo 40.</b> .....	168
1. Padrões de interoperabilidade .....	169

## SEÇÃO II

### Do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

<b>Artigo 41.</b> .....	169
1. Da figura do encarregado e suas atribuições.....	170
2. A responsabilidade civil e penal do encarregado .....	171

## SEÇÃO III

### Da Responsabilidade e do Ressarcimento de Danos

<b>Artigo 42.</b> .....	173
1. Responsabilidade civil dos agentes de tratamento.....	174
2. Inversão do ônus da prova.....	176
<b>Artigo 43.</b> .....	178
1. Exceções relativas à responsabilização .....	178
<b>Artigo 44.</b> .....	180
1. Da irregularidade do tratamento de dados pessoais pela falta de segurança.....	180
<b>Artigo 45.</b> .....	181
1. Relação de consumo e tratamento de dados pessoais .....	181

## CAPÍTULO VII

### DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS

#### SEÇÃO I

#### Da Segurança e do Sigilo de Dados

<b>Artigo 46.</b> .....	185
1. Padrões técnicos de segurança e sigilo.....	186
2. Padrões de segurança, técnicos e administrativos, recomendados pela autoridade nacional.....	187
3. <i>Privacy by design</i> .....	189
<b>Artigo 47.</b> .....	190
1. Garantia da segurança da informação .....	190

2.	Segurança permanente.....	191
<b>Artigo 48.</b>	.....	191
1.	Comunicação em caso de incidentes.....	192
2.	A atuação da autoridade nacional no caso de incidente de segurança.....	194
<b>Artigo 49.</b>	.....	194
1.	Cumprimento da lei como premissa para regularidade dos sistemas informáticos.....	194

## SEÇÃO II

### Das Boas Práticas e da Governança

<b>Artigo 50.</b>	.....	195
1.	Criação e adoção de boas práticas.....	196
<b>Artigo 51.</b>	.....	198
1.	Padrões técnicos que favoreçam aos titulares.....	198

## CAPÍTULO VIII

### DA FISCALIZAÇÃO

#### SEÇÃO I

#### Das Sanções Administrativas

<b>Artigo 52.</b>	.....	199
1.	Natureza das sanções previstas.....	200
2.	Condutas típicas para aplicação da sanção administrativa.....	202
3.	Destinatários das sanções administrativas.....	202
4.	Responsável pela aplicação das sanções.....	204
5.	Das sanções administrativas previstas.....	204
6.	Dos parâmetros para fixação das sanções administrativas.....	206
7.	Das sanções aplicadas aos órgãos públicos.....	208
8.	Razões do veto presidencial.....	209
<b>Artigo 53.</b>	.....	209
1.	Sanções administrativas e pendência de regulamento.....	210
<b>Artigo 54.</b>	.....	210
1.	Dos parâmetros para fixação de multa.....	211

## CAPÍTULO IX

DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS  
(ANPD) E DO CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE  
DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

## SEÇÃO I

Da Autoridade Nacional de  
Proteção de Dados (ANPD)

1. Razões do veto presidencial à redação original e da MP 869/2018 .....	211
<b>Artigo 55. (Vetado.)</b> .....	212
<b>Artigo 55-A.</b> .....	212
<b>Artigo 55-B.</b> .....	213
<b>Artigo 55-C.</b> .....	213
<b>Artigo 55-D.</b> .....	214
<b>Artigo 55-E.</b> .....	215
<b>Artigo 55-F.</b> .....	216
<b>Artigo 55-G.</b> .....	217
<b>Artigo 55-H.</b> .....	218
<b>Artigo 55-I.</b> .....	218
<b>Artigo 55-J.</b> .....	219
1. Poderes da Administração .....	221
2. Poder de Polícia e fiscalização.....	221
3. Poder Regulamentar e a edição de normas pela ANPD .....	222
4. A atuação da ANPD e os setores específicos.....	223
<b>Artigo 55-K.</b> .....	223
1. Da competência exclusiva na aplicação de sanções .....	223
2. Da relação da ANPD e órgãos de defesa do consumidor .....	224
<b>Artigo 56. (Vetado.)</b> .....	224
<b>Artigo 57. (Vetado.)</b> .....	224

## SEÇÃO II

Do Conselho Nacional de  
Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade

<b>Artigo 58. (Vetado.)</b> .....	224
<b>Artigo 58-A.</b> .....	224
1. Da composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade – CNPD.....	226

<b>Artigo 58-B.</b> .....	226
1. Da competência do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade .....	227
<b>Artigo 59. (Vetado.)</b> .....	227

## CAPÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

<b>Artigo 60.</b> .....	228
1. Alterações promovidas no Marco Civil da Internet.....	228
<b>Artigo 61.</b> .....	229
1. Notificação de empresas estrangeiras .....	229
<b>Artigo 62.</b> .....	230
<b>Artigo 63.</b> .....	230
1. Possibilidade de adequação progressiva dos bancos de dados .....	230
<b>Artigo 64.</b> .....	232
1. Da manutenção de direitos e princípios previstos em outras legis- lações .....	232
<b>Artigo 65.</b> .....	234
1. <i>Vacatio legis</i> .....	235
<b>CONTEÚDO COMPLEMENTAR</b> .....	239
1. Destaques de textos.....	239
2. Tabela de bases legais para tratamento de dados pessoais.....	239
3. Disposições pendentes de regulamentação .....	240
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	245